



**ATA N.º 15**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO**

**CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE COIMBRA**

**Local:** Sala Polivalente Silva Dias da Casa Municipal da Cultura

**Data:** 21/10/2023, Sábado

**Iniciada às 10h30 e encerrada às 13h00**

**Aprovada em 3 de fevereiro de 2024.**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS:

1. Intervenção do Presidente do CMJC
2. Intervenção da Comissão Permanente do CMJC

PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS:

1. Contributos e propostas para o orçamento da Juventude 2024
2. Discussão dos critérios de avaliação para os Avisos de Abertura das Candidaturas ao Associativismo Juvenil
3. Tema: Habitação Jovem
  - 3.1) Intervenção da Senhora Vereadora Ana Cortez Vaz
  - 3.2) Período de debate
4. Outros assuntos.

A reunião contou com a presença de:

### **Membros Efetivos**

	<b>ENTIDADE</b>	<b>REPRESENTANTE</b>
1	Agrupamento 1086 – Palheira/CNE	Pedro Fadiga
2	Agrupamento 109 - Santo António dos Olivais/CNE	Filipa Homem
3	Agrupamento 1199 - Santa Apolónia/CNE	Nuno Amaral
4	Agrupamento 1233 – Almalaguês/CNE	Luís Lemos
5	Agrupamento 1360 – Souselas/CNE	Alice Lopes
6	Agrupamento 163 - Santa Cruz/CNE	Henrique Tavares Silva
7	Agrupamento 309 Ceira/CNE	Luís Miguel Santos Matos
8	Agrupamento 347 - São Jorge/CNE	Ana Rita Santos
9	Agrupamento 355 - Montes Claros/CNE	Vasco Duarte
10	Agrupamento 358 – Sé Nova/CNE	João Monteiro
11	Agrupamento 603 – Antanhol/CNE	Mariana Simões
12	Agrupamento 668 – Pedrulha/CNE	Jorge Caetano
13	Agrupamento 796 – Bordalo/CNE	Luís Marques
14	As Fans – Tuna Feminina da Universidade de Coimbra	Tatiana Neves
15	ASE – Associação Sócrates Erasmus Universidade de Coimbra	Pedro Almeida
16	Associação Académica de Coimbra	António Lopes
17	Associação Cultural e Recreativa de Coimbra	Afonso Lázaro Pires
18	Associação Cultural Mondeguinas	Rita Neves
19	Associação da Real República Ay-Ó-Linda	João Soares
20	Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra	Bárbara Ribeiro Veloso
21	Associação de Estudantes da Escola superior de Enfermagem de Coimbra	Ana Maria Conceição
22	Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra	Fátima Lina Ramos Pestana
23	Associação de Estudantes de São Tomé e Príncipe em Coimbra	Débora Nogueira Boa Morte

24	Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra	Diogo Borges Correia
25	Associação de Repúblicas de Coimbra	Rui Paulo Rocha Magalhães
26	Associação Pollux – Tecnologias do Espaço	Fátima Cardoso
27	Associação Real República Rápo-Táxo	Tomás Ferro
28	Associação República dos Fantasmas	Rúben Soares
29	Associação Tenchi Coimbra	Rafael Baptista
30	Associação Une Dois Mundos	Daniel Aragão
31	BEST-UC, Grupo local da Universidade de Coimbra	Tiago André Rodrigues Narciso
32	CH – Chega Líder do Grupo Político (AM)	Francisco Guiné
33	Coro Misto da Universidade de Coimbra	Isabel Domingos
34	CpC – Cidadãos por Coimbra Líder do Grupo Político (AM)	Graça Maria Jegundo Simões
35	Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico	António Maria Afonso Pais Fernandes Rosa
36	Grupo 258 – São João do Campo/AEP	Ricardo Sousa
37	Imperial Tuna Académica da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra	Afonso Fernandes
38	Iniciativa Liberal	Celso Monteiro
39	ISCAC Junior Solutions - Associação	Joana Machado
40	Jovens do Bloco Esquerda	Manuel Morais
41	Junta Regional de Coimbra – Corpo Nacional de Escutas	Nuno Castela Canilho
42	Juventude Socialista	Mariana Felício
43	Molecular – Júnior Empresa - Associação	João Santos
44	Núcleo Associativo para os Estudos Europeus em Coimbra - NAPEEC	Beatriz Neves Coimbra
45	Núcleo Mondego Sul da Região de Coimbra do CNE – Corpo Nacional de Escutas	Jorge Lameiras
46	Núcleo Territorial (NTC) do Partido LIVRE	Bruno Pedrosa
47	Organização de Estudantes da Guiné-Bissau em Coimbra	Braima Baldé
48	PHARTUNA – Tuna de Farmácia de Coimbra	Erica Nunes

49	PHYSIS – Associação Portuguesa de Estudantes de Física	Cristiana Rodrigues Carvalho
50	PPM – Partido Popular Monárquico Líder do Grupo Político (AM)	João pedro da Fonseca Pinto
51	Quantunna – Associação Cultural	Gonçalo dos Santos Coelho
52	Tuna Académica da Universidade de Coimbra	Margarida Corte-Real
53	Tuna Mista da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da UC - Desconcertuna	Carla Mota Silva

### **Observadores**

1	Associação Real República Bota-Abaixo	Olga Pérez
2	Secção de Fado da Associação Académica de Coimbra	João Alves
3	PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (x) Acolhidos	Rita Fernandes

### **Acompanhantes das entidades**

1	Desconcertuna	Jacinta Pereira
2	Associação Académica de Coimbra	Ricardo Falcão
3	Organização de Estudantes da Guiné-Bissau em Coimbra	AnKaian Só
4	Agrupamento 1360 – Souselas/CNE	Sónia Martins
5	Agrupamento 1360 – Souselas/CNE	Bárbara Borges
6	PHARTUNA – Tuna de Farmácia de Coimbra	André Madeira
7	Associação Real República Rápo-Táxo	Josué Raul C.
8	Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	Tiago Saldanha
9	Agrupamento 109 - Santo António dos Olivais/CNE	Ana Silva
10	Associação Pollux – Tecnologias do Espaço	Júlia Marques Rodrigues
11	Agrupamento 355 - Montes Claros/CNE	Carlos Miguel Violas
12	Imperial Tuna Académica da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra	Francisco Abreu

---

13	Secção de Fado da Associação Académica de Coimbra	Diogo Ferreira
14	Associação Real República Bota-Abaixo	Manuel Estevão

---

A reunião foi presidida pelo Vereador da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Carlos Lopes, secretariado por Bárbara Borges do Agrupamento 1360 – Souselas/ Corpo Nacional de Escutas, e Paula Bagrin da Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra.

O Vereador Carlos Lopes, deu início à reunião com o período de antes da ordem de trabalhos, em cumprimento do artigo 14.º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Coimbra, dando as boas-vindas aos presentes na 5ª sessão do plenário, mandato 2021-2025.

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS**

O Senhor Vereador Carlos Lopes agradeceu a presença da Exa. Vereadora Ana Cortez para debaterem a questão da problemática da Habitação Jovem. Tendo de seguida abordado os atrasos nos pagamentos de algumas das entidades beneficiárias do Apoio ao Associativismo Juvenil, justificando que os mesmos se deviam, também, a questões burocráticas e administrativas internas, mas, que os serviços estavam a tentar agilizar tais processos.

O Presidente da Mesa do Conselho Municipal da Juventude de Coimbra (CMJC), Vereador Carlos Matias Lopes, e o Presidente da Comissão Permanente do CMJC, Daniel Aragão, aproveitaram este espaço e momento, para comunicar as principais notícias e agenda de interesse para a Juventude, destacando-se:

- Introdução do tema do Associativismo Juvenil (valores de investimento envolvidos, número de associações beneficiadas);
- Principais atividades em que as Associações e a Divisão de Juventude estiveram envolvidas;
- Relativamente ao processo de apoio financeiro municipal às Repúblicas de Estudantes de Coimbra, reconhecidas como Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local, estar em fase de conclusão, e ser uma realidade já em 2024;
- A publicação da reportagem sobre o trabalho do Pelouro da Juventude do Município de Coimbra, na edição de setembro da IN Corporate Magazine a encartar a nível nacional no semanário SOL de 29 de setembro a 5 de outubro. Na IN Corporate Magazine olha-se com particular atenção para o trabalho desenvolvido pelo Poder Local, valorizando e divulgando o passado de cada terra, cada região, mas sempre de olhos postos no futuro. Esse futuro passa, seguramente, pela implementação de políticas locais de juventude que reforcem a participação dos jovens na sociedade;

O Presidente da Comissão Permanente, Daniel Aragão, realçou o trabalho meritório e dinâmico da Divisão de Juventude, em conjunto com as Associações, em toda a atividade desenvolvida ao longo do ano. Destacou o dinamismo dos CMJC, consubstanciados no número sempre crescente de presenças nos plenários e apresentou a *Proposta – Espaço de Estudo e Coworking* da Comissão Permanente e FNEE - Federação Nacional dos Estudos Europeus, que mereceu acolhimento de todos os membros.

O Presidente da Comissão Permanente do CMJC, Daniel Aragão, relativamente ao tema da habitação, disse que no Relatório para a Estratégia Local de Habitação de Coimbra (2020-2030) constata-se que há um evidente envelhecimento da população e que tem a ver com a definição da estratégia de grupos, como fixar os jovens em Coimbra, questionando sobre esta matéria, sobre o que está a ser feito e de que forma os jovens podem contribuir.

Retomando a palavra, o Vereador Carlos Matias Lopes agradeceu à Comissão Permanente pelo seu trabalho de proximidade e relevância com o Município de Coimbra. E, lembrou ainda membros do CMJC que, no cumprimento da alínea f) do artigo 8º do regimento, podiam a todo o momento ser apreciadas, pela Mesa do Plenário moções, propostas, reclamações, protestos ou requerimentos, para além do que está previamente agendado na Ordem de Trabalhos. E, passou a apresentar os assuntos deste plenário, que foram conjuntamente decididos com a Comissão Permanente no âmbito das suas competências:

Período da Ordem do Dia

(Aprovação da ata do último Conselho Municipal da Juventude)

1. Contributos e propostas para o orçamento da Juventude 2024
2. Discussão dos critérios de avaliação para os Avisos de Abertura das Candidaturas ao Associativismo Juvenil
3. Tema: Habitação Jovem
  - 3.1) Intervenção da Senhora Vereadora Ana Cortez Vaz
  - 3.2) Período de debate
4. Outros assuntos.

## **PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS**

Votação e aprovação da ata nº 14, da sessão de 23 de junho de 2023, com as alterações propostas pela representante do Grupo de Trabalho “Jovens do Bloco de Esquerda”, Mariana Rodrigues, no Tema 1, parágrafo 4, nomeadamente, onde se lê *"A questão subsequente, feita pela representante dos Jovens do Bloco de Esquerda, Mariana Rodrigues, relacionou-se com as trotinetas elétricas, restante mobilidade rodoviária e o abate de árvores durante as obras de implementação do Metrobus"*, passasse a constar *" A questão subsequente, feita pela representante dos Jovens do Bloco de Esquerda, Mariana Rodrigues, relacionou-se com a possibilidade de elaborar um regulamento municipal de utilização e estacionamento das trotinetes eléctricas. Sublinhou que, por serem um meio de mobilidade suave cada vez mais utilizado na cidade e ainda não regulamentado, cria constrangimentos à livre deslocação de pessoas com mobilidade reduzida. Ainda questionou sobre a possibilidade de se criar parques de estacionamento próprios para estes veículos. Por fim, relativamente às obras de implementação do Metrobus, solicitou mais informação sobre a previsão de plantação de novas árvores, nomeadamente locais de plantação, tipologia e espécies"*.

Votação e aprovação, por unanimidade, da ata nº 14, da sessão de 23 de junho de 2023.

### **1. Contributos e propostas para o orçamento da Juventude 2024**

O Vereador Carlos Matias Lopes deu a palavra aos Conselheiros que quisessem dar os seus contributos e propostas para o orçamento da Juventude para 2024, tendo os mesmos manifestado o interesse na continuidade dos trabalhos desenvolvidos em matéria de investimento na área da juventude, nomeadamente, políticas de Apoio ao Associativismo Juvenil, divulgação de matéria transversais às políticas da juventude (habitação, mobilidade, *coworking* e apoio às salas de estudo).

O primeiro a intervir foi o representante da Molecular, João Santos, que apresentou proposta de alteração aos Avisos de Abertura dos Apoios ao Associativismo Juvenil (permanentes e pontuais), abaixo transcrita:

*"Esta proposta visa alterar a forma conceptual do apoio à atividade permanente e pontual da Câmara Municipal de Coimbra às Associações Juvenis. No entender da Molecular – Júnior Empresa – Associação, o apoio da CMC deve ser prestado face à realidade financeira de cada associação, e ao solicitado pela mesma. Identificamos dois problemas na proposta apresentada pela CMC:*

- 1. abre possibilidade ao sobrefinanciamento das associações: por exemplo, uma associação que necessite de um apoio à atividade permanente de 500€, mas cuja candidatura seja avaliada com 90 pontos, receberá 4000€; isto significa um não maximizar da capacidade de apoio da CMC, e uma atribuição de apoio financeiro não*

*justificada;*

2. *prejudica a avaliação das candidaturas face ao valor orçamentado pela CMC para o apoio: se 30 entidades apresentarem candidaturas que mereçam avaliações de 90 pontos, o valor do apoio a essas 30 entidades é de 120 000€. Sendo este valor superior ao orçamentado pela CMC, os valores das avaliações teriam que ser injustamente reduzidos para permitir o encaixe do apoio no valor orçamentado. Isto desvirtua a avaliação das candidaturas, tornando-a desfasada da realidade.*

*Deste modo, apresentamos uma metodologia de atribuição de apoios diferente, onde cada associação deve solicitar um valor específico para o apoio, e onde os vários patamares de avaliação não correspondam a um valor fixo específico, mas sim a um valor máximo: candidaturas com 100 pontos podem receber até 5000€; candidaturas com 90 a 99 pontos podem receber até 4000€, e assim sucessivamente.*

*Estas alterações permitiriam:*

- a) *atribuir a cada candidatura, no máximo, o valor por elas solicitado - resolvendo o problema 1;*
- b) *evitar que as avaliações das candidaturas sejam condicionadas pelo orçamento global disponível para o apoio - resolvendo o problema 2.*

*Para além disso, pode ser ainda considerado um mecanismo de reconhecimento do mérito de cada candidatura: por exemplo, uma candidatura avaliada com 70 pontos, que por regulamento poderia receber até 3000€, e que tenha solicitado 1000€ de apoio, pode ver o seu financiamento limitado a uma percentagem do que solicitou, face à sua avaliação.*

*A Molecular – Júnior Empresa – Associação disponibiliza-se, desde já, a contribuir para a criação de um modelo de atribuição de financiamento equilibrado, transparente e ajustado à realidade da CMC e das associações juvenis. Internamente já debatemos várias propostas e acreditamos que podemos contribuir para a melhoria deste modelo de apoios”.*

De seguida, usou da palavra o Presidente da Comissão Permanente do Conselho Municipal da Juventude Coimbra (CP-CMJC), Daniel Aragão, para se pronunciar sobre a proposta apresentada conjuntamente, pela CP e a Federação Nacional dos Estudos Europeus (FNEE), sobre o *Espaço de Estudo e Coworking*, cujo conteúdo abaixo se transcreve:

### **“1. Introdução**

*No passado dia 13 de junho de 2023, a FNEE apresentou à Divisão de Juventude da Câmara Municipal de Coimbra a proposta intitulada: Casa da Juventude - Coimbra. Esta proposta centrar-se-ia na criação, pela Câmara Municipal de Coimbra, de um espaço de coworking para o movimento associativo juvenil conimbricense, composto por serviços administrativos e serviços de apoio às organizações.*



*Por encontrar na proposta da FNEE uma iniciativa de enorme relevância, vem a CP-CMJC, em conjunto com a FNEE, propor a criação de um local com vista à promoção do estudo 24 horas, bem como, servir como espaço para as organizações juvenis trabalharem em conjunto.*

## **2. Proposta**

*A proposta visa a criação de um espaço de estudo 24 horas, que também servirá como ambiente de coworking. Este espaço tem como objetivo atender às necessidades dos cerca de quarenta mil estudantes de ensino superior e dos milhares de estudantes do ensino secundário e básico, assim como, dirigentes das organizações juvenis, que buscam um local adequado para estudar ou desenvolver a sua atividade em horários flexíveis. O espaço proporcionará um ambiente tranquilo e equipado, oferecendo comodidades essenciais para maximizar a produtividade e aprendizagem. Ainda, será relevante a adição de um espaço de arquivo dedicado a associações. Esse ambiente será projetado para atender às necessidades de armazenamento de documentos e materiais das organizações juvenis, oferecendo um local seguro e organizado.*

### **2.1. Objetivos**

- *Criação de um ambiente propício para o estudo e trabalho individual ou em grupo.*
- *Oferecer acesso a recursos e infraestrutura essenciais, como mesas, cadeiras, iluminação adequada, internet de alta velocidade e tomadas elétricas.*
- *Disponibilizar áreas reservadas para estudo em grupo.*
- *Estabelecer um espaço de networking e colaboração, no qual os utilizadores possam interagir, compartilhar conhecimentos e estabelecer relações.*
- *Garantir segurança e monitorização adequados durante as 24 horas de funcionamento, proporcionando um ambiente confiável aos utilizadores.*
- *Criar um espaço de arquivo dedicado às associações locais, oferecendo um local seguro e de fácil acesso para armazenar documentos e materiais importantes.*

### **2.2. Recursos e Serviços**

*Áreas de Estudo Individual: Dispor de mesas espaçosas, cadeiras, iluminação adequada e acesso a tomadas elétricas para atender às necessidades de estudo individual.*

*Salas de Estudo em Grupo: Oferecer salas equipadas com quadros brancos, projetores e recursos audiovisuais para permitir o estudo colaborativo e partilha de ideias e projetos.*

*Internet de Alta Velocidade: Garantir uma conexão estável e rápida à internet para acesso a recursos online, pesquisa e comunicação.*

*Serviços de Impressão e Digitalização: Disponibilizar equipamentos de impressão e digitalização para facilitar a produção de materiais académicos ou profissionais.*

*Espaço de Arquivo: Disponibilizar uma área dedicada com estantes, armários ou prateleiras para armazenar documentos e materiais das associações.*

*Cafeteria ou Área de Lanches: Criar um espaço de alimentação para que os utilizadores possam relaxar durante o seu tempo de estudo ou trabalho.*

*Acesso 24 Horas: Permitir o acesso total ao espaço, proporcionando flexibilidade aos utilizadores, acomodando diferentes horários de estudo e trabalho.*

*Serviços de Segurança: Implementar medidas de segurança, como monitoração por câmeras e controlo de acesso, para garantir a tranquilidade dos utilizadores.*

### **3. Conclusão**

*A criação de um espaço de estudo 24 horas com coworking tem o potencial de atender a uma procura crescente por ambientes de estudo e trabalho flexíveis. Ao fornecer um local adequado, recursos e serviços essenciais, além de promover interações entre os utilizadores, este espaço tem o objetivo de otimizar a produtividade e contribuir para o sucesso académico e profissional da comunidade local. Esta iniciativa visa, ainda, atender às necessidades das associações locais, ao mesmo tempo em que proporciona um ambiente propício para o estudo”.*

Retomando o uso da palavra, o Vereador Carlos Matias Lopes disse que o espaço *coworking* constou do programa eleitoral de 2021 e vai constar no orçamento com verba associada, e a Casa da Juventude é um sonho que pretende partilhar com as associações, cuja concretização está condicionada à capacidade financeiro. Sendo que, o plano de ação do Investimento Territorial Integrado (ITI) da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) foi recentemente submetido, no qual foi colocado uma verba destinada à Casa da Juventude.

## **2. Discussão dos critérios de avaliação para os Avisos de Abertura das Candidaturas ao Associativismo Juvenil**

00:31:36

O Vereador Carlos Matias Lopes deu a palavra a Chefe de Divisão da Juventude da Câmara Municipal de Coimbra, Maria Antónia Lucas da Silva, que começou por apresentar a evolução da atribuição dos apoios financeiros (atividade permanente e pontual) ao associativismo juvenil. De seguida, deu conhecimento dos estados dos processos (pagamentos em atraso das atividades permanentes e pontuais para 2022 e para 2023, às associações juvenis). Por último, apresentou aos Conselheiros presentes as principais alterações nos Avisos de Abertura de Candidaturas para 2024, Atividade Permanente e Pontual, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil. As principais alterações, na atividade permanente, verificam-se nos pontos 4 e 5, nomeadamente, no alargamento do período de candidaturas que decorrerá entre novembro de 2023 e janeiro de 2024, e avaliação entre fevereiro e março; alterações ao formulário, com a colocação de um item do tipo alertas/lembretes, e a sua submissão passa a ser através do e-mail <[juventude@cm-coimbra.pt](mailto:juventude@cm-coimbra.pt)>, em vez do <[geral@cm-coimbra.pt](mailto:geral@cm-coimbra.pt)>. O novo critério introduzido contempla o número de atividades propostas para 2024, com evidências de

sustentabilidade (área de economia circular) – com 5%. Também será dado um maior enfoque em termos de ponderação ao apoio de participação em iniciativas promovidas pela Câmara Municipal de Coimbra, bem como, nas presenças e participações nas sessões do Conselho Municipal de Juventude de Coimbra (com 20% de ponderação).

Os restantes pontos mantêm-se.

Relativamente às alterações nas candidaturas do Apoio Pontual para 2024, passará a contemplar dois períodos. O primeiro período, decorre de 18 de dezembro de 2023 a 2 de fevereiro de 2024 (destinado a ações pontuais que decorrem de janeiro a junho de 2024). E, o segundo período decorre de 2 de maio a 28 de junho de 2024. Justificando que tal permitirá, às associações organizarem as suas ações pontuais, e aos serviços da juventude uma avaliação mais eficaz da primeira e segunda parte do ano. Disse ainda que, para além dos apoios financeiros disponíveis, as associações têm ainda os chamados Apoios Diversos, dando como exemplo, o empréstimo de cadeiras, grades e até isenções e taxas. Chamou ainda à atenção, para o facto de cada entidade poder apresentar uma candidatura em cada período, sugerindo que olhassem para o Plano de Atividades de 2024 e escolhessem dois pontuais, de preferência que os mesmos sejam distribuídos nos primeiros e segundos seis meses, permitindo que as pessoas da cidade possam usufruir das suas atividades. A submissão do Formulário passa a ser através do e-mail <[juventude@cm-coimbra.pt](mailto:juventude@cm-coimbra.pt)>. Relativamente aos critérios, também se referiu ao aumento na ponderação para 15%, em atividades propostas para 2024, com evidências de sustentabilidade (área de economia circular).

Disse ainda que, todos os projetos (permanentes e pontuais) têm de ter 50% de avaliação para poderem ser elegíveis e corresponder aos critérios estabelecidos. Antes de terminar a sua intervenção citou o Vereador Carlos Lopes «a proximidade e a colaboração devem ser a tônica na relação com os jovens». E, perguntou aos presentes se tinham alguma questão a colocar-lhe sobre os apoios.

O Vereador Carlos Matias Lopes, tomou a palavra e questionou quando iriam a reunião de câmara as alterações propostas. Em resposta, a Chefe de Divisão da Juventude, Dra. Maria Antónia Lucas da Silva, disse que, depois de discutidas e votadas no CMJC, os Avisos seriam levados a reunião de câmara a 30 de outubro de 2023.

As propostas foram votadas e aprovadas, por unanimidade.

### **3. Tema: Habitação Jovem**

Para abordagem da temática escolhida, Habitação Jovem, foi convidada a estar presente, pela Mesa do Plenário e pela Comissão Permanente do CMJC, a Vereadora Ana Cortez Vaz, titular das pastas e matérias em discussão que foi respondendo, de forma direta e objetiva, às questões e preocupações dos conselheiros presentes, contribuindo para a dinâmica e qualidade do debate.

Relativamente à temática em causa, a Vereadora aproveitou para esclarecer os presentes, de ser apenas da sua competência, a Habitação Social, que integra programas do governo (o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, PAA - Programa de Arrendamento Acessível, e a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário). Disse ainda que, considerando os valores das rendas atuais, o mercado do arrendamento é um desafio, e a habitação é um problema transversal a todas as faixas etárias.

Por sua vez, o Vereador Carlos Lopes, falou desta problemática atual, sobretudo para os estudantes de Coimbra que pretendem um espaço condigno para habitar, pelo que, as questões seriam direcionadas para o arrendamento jovem.

De seguida, entrou-se no período de debate.

A primeira intervenção foi feita pelo Presidente da Comissão Permanente, Daniel Aragão, que começou por abordar a lei da oferta e procura da habitação no mercado, sendo que, a oferta reduzida, traduz-se em preços mais elevados, levando à especulação no sector imobiliário, afetando todos os cidadãos, nomeadamente, os jovens que entram no mercado de trabalho com uma perspetiva de carreira bastante reduzida, pois, os jovens diplomados recebem menos 10% em termos reais do que recebiam há dez anos atrás. E, nos termos dos programas do governo existentes, o 1º Direito foi assinado com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, havendo uma verba no total de 53 milhões de euros, 15 milhões dos quais, neste ano, para a construção de 250 fogos no Município de Coimbra. Questiona se o Município de Coimbra dispõe de alguma quota para a habitação jovem acessível.

Retomando o uso da palavra, a Vereadora convidada, Ana Cortez Vaz, disse que a Câmara Municipal de Coimbra assinalou o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e Exclusão Social, a 20 de outubro, com uma mesa-redonda subordinada ao tema “As consequências do aumento do custo de vida na realidade da pobreza”. Sobre este assunto, para reflexão, gostaria de lhes transmitir os seguintes dados estatísticos (2021): em Portugal o grupo etário mais propenso à taxa de risco de pobreza (suscetível de sofrer as consequências da pobreza), são efetivamente, as crianças e jovens, seguidas dos idosos. Em termos percentuais, o risco de pobreza para a população que está desempregada é de aproximadamente 43%, 10% para a população empregada, 22% da população até ao 9º ano de escolaridade, 13,8% com o ensino secundário, e 5,5% com o ensino superior. Ou seja, o facto de se estar empregado ou ser detentor do ensino superior, não significa deixar de se estar em risco de pobreza. E, respondendo à primeira questão colocada, relativamente à construção dos empreendimentos municipais no valor de 15 milhões de euros, começou por dizer que este ano foi um ano atípico porque fizeram em fevereiro a revisão da estratégia e que tem surgido alguns atrasos por motivos variados (desde procedimentos legais, dificuldade no fornecimento de materiais, aos preços inflacionados). O Planalto do Ingote está a

ser alvo de uma reabilitação energética, tendo sido reabilitados 19 fogos, estando a decorrer 105 fogos (entregues 30-40 habitações); 33 fogos na Fonte do Castanheiro, e lançado concurso para 27 fogos; abriram concurso para 34 fogos em Celas, passam de 100 para 101 fogos; terminando dizendo que a grande aposta é a Quinta das Bicas, referindo-se ao terreno situado na zona de Santa Eufémia, em Taveiro, com “a capacidade potencial de construção de 268 fogos”, estando previsto um investimento global de 45 milhões de euros.

A intervenção seguinte foi feita pelo representante do *Erasmus Student Network* Coimbra, Pedro Almeida, que apresentou a sua associação, dizendo serem responsáveis por representarem todos os estudantes internacionais em mobilidade de todas as instituições do ensino superior em Coimbra. Fizeram um relatório das principais dificuldades encontradas pelos estudantes em relação à habitação, nomeadamente, para além das diferenças linguísticas, as fraudes, resposta tardia das residências universitárias, desconhecimento das plataformas para arrendamento dos imóveis, opções disponíveis fora do orçamento dos estudantes e contratos de longa duração de seis meses. Mas, o cerne da problemática, está na falta de habitação em Coimbra. Pois atualmente, as pessoas que terminam os seus cursos (superiores) não têm disponibilidade financeira para transitarem de um quarto para uma habitação alugada, considerando que tal só se resolve com a construção de residências universitárias, destinadas apenas ao alojamento de estudantes.

A Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação possuem um reforço financeiro do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES) através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), tendo por objetivo disponibilizar quinze mil camas em alojamentos para estudantes do Ensino Superior até ao 1º trimestre de 2026, e inclui um montante de 375 Milhões de Euros em subvenções. Pelo que, questiona se já foi considerada tal opção ou está a ser equacionada. Aproveita ainda para sugerir a construção de residências (talvez em edifícios públicos) na parte da baixa da cidade de Coimbra, promovendo a comunidade estudantil e beneficiando a cidade, por exemplo em termos de segurança noturna.

Em resposta, a Vereadora Ana Cortez Vaz, disse estar disponível na Internet um documento do governo, que se propunha a fazer um Plano de Alojamento Estudantil (2018-2030). Nele constam edifícios localizados na Rua Antero de Quental, um deles pertenceu ao exército, outro à ARS e outros dois edifícios que pertenciam à Companhia Providência de Jesus – passariam para a Universidade de Coimbra para que procedesse às obras e adaptações necessárias, mas, tal não se sucedeu na realidade. Pelo que, propôs aos Conselheiros presentes, uma moção que reforçasse junto do governo, o apuramento do estado se encontra tal solução. Confessou ainda interesse em que dois desses edifícios fossem transferidos do Ministério para a autarquia (área social) para que pudessem integrar o arrendamento acessível. Quanto às residências estudantis na baixa de Coimbra, disse que a sugestão era interessante e que lá havia poucos edifícios públicos. Informou da existência do Fundo Coimbra Viva, criado em 2011, que junta entidades privadas e públicas

(atua numa zona delimitada da Baixa da cidade, tem como participantes institucionais a Câmara Municipal de Coimbra e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e é gerido pela sociedade privada FundBox, permitindo também a participação de investidores privados e detentores de imóveis), podia resultar nesse ponto, na baixa de Coimbra, quer nas residências estudantis, quer no sentimento de aumento de segurança. Ainda relativamente ao arrendamento jovem, disse que a lei a nível nacional não previa a idade da pessoa. Ou seja, não há quotas etárias para os candidatos à habitação social e ao arrendamento jovem. Para a autarquia de Coimbra, os casos sociais são considerados priorizados em termos de majoração nos pedidos de habitação.

A intervenção subsequente, foi feita pelo representante do Partido Livre, Bruno Pedrosa, que disse que há estudos que mostram um aumento do número de jovens que passam por enormes dificuldades, desde a precaridade aos salários baixos, uma realidade ao qual os jovens não conseguem escapar, juntando-se-lhe a crise da habitação (falta de oferta de habitação a preços acessíveis), bem visível em Coimbra. Razões pelas quais, os jovens portugueses são dos que têm maiores dificuldades de emancipação, dentro da União Europeia. Posteriormente, referiu-se à publicação de um artigo dum órgão de comunicação de local, que noticiava que no terceiro trimestre deste ano o preço do arrendamento em Coimbra havia subido cerca de 5%, 4% em Lisboa, 3% em Setúbal, e uma descida de 1,5% em Leiria. Salientou ainda que, o preço por metro quadrado do arrendamento em Coimbra é mais elevado do que em Braga, a cidade modelo do Presidente da Câmara. E porquê que o preço da habitação em Coimbra é mais elevado? Respondendo, tratar-se de municípios como o de Braga, Loures, Penela, Pombal, Arganil, etc, já terem implementado Programas Municipais de Apoio à Habitação Jovem, e Coimbra ter uma «mão cheia de nada». O Parque habitacional público tem de aumentar e muito, e as autarquias são o elemento-chave para este desígnio, pois os programas de habitação não se podem restringir à habitação social, disse. Dadas as circunstâncias de emergência, no que diz respeito à habitação em Coimbra, sugere que seja criado um Conselho Municipal da Habitação e um balcão de apoio à Habitação Acessível, como existe em Braga e no Porto.

Um jovem que resida no norte da Europa tem condições de emancipação e de se tornar independente mais cedo, comparativamente aos jovens portugueses, graças à construção de habitação pública e de lhes serem dadas condições e incentivos para a criação de cooperativas de habitação. Continuando, disse que, como o Município de Coimbra iria receber 60 milhões de euros do PRR para a habitação a custos acessíveis, dos quais 25% são destinados à baixa, lançava o desafio à Vereadora presente, para que usasse parte desses fundos para promover a criação de uma cooperativa de habitação para jovens nessa zona, garantindo não só a revitalização do espaço urbano, bem como, a garantia de que os jovens tenham soluções de habitação a custos acessíveis. Retomando o uso da palavra, a Vereadora Ana Cortez Vaz, disse que o paradigma da habitação social em Coimbra, tem sido uma passagem de geração em geração. Ou seja, há necessidade de

alterar o paradigma, alterando a situação de habitação social de transição permanente (geracional) para temporária, e realizar um trabalho de intervenção mais em rede. Compreende a questão de cooperativa, e disse estarem em conversações com uma cooperativa existente em Coimbra, por forma a cederem-lhe um terreno. Contudo, disse tratar-se de uma corrida contra o tempo, pois entre finais de 2025 e meados de 2026, as autarquias têm de ter tudo concluído, caso contrário, teriam de devolver o dinheiro.

Passou-se à intervenção seguinte feita pela representante dos Jovens do Bloco Esquerda, Mariana Rodrigues, que questionou acerca de eventuais soluções, a curto prazo, por parte da Câmara de Coimbra, para fazer face aos problemas da crise da habitação e na fixação de jovens em Coimbra, e se existiam acordos de cooperação; posteriormente, questionou se a autarquia pretendia implementar regulamentos de apoio ao alojamento para estudantes do ensino secundário e superior (que vão estudar para fora da cidade de Coimbra), à semelhança do que já acontecia com outros municípios.

Retomando o uso da palavra, a Vereadora Ana Cortez Vaz, disse que efetivamente os dados apresentados pelos conselheiros indicam uma diminuição de oferta de 40% traduz-se num aumento de preços de 30% por quarto. Manifestando a sua preocupação pelo facto de, para além da propina, um estudante gastar cerca de seiscentos euros. Relembrou ainda que a questão do alojamento estudantil e o fundo Coimbra Viva eram da área de competência da Vereadora Ana Bastos. Em relação ao Regulamento de Apoio ao Alojamento aos Estudantes de Ensino Superior disse ir tentar apurar junto dos seus pares em que ponto está tal situação e posteriormente informar os serviços da juventude até ao final da semana. Apelou ainda à sensibilização dos presentes para o facto de que, o problema da habitação ser um problema transversal a várias faixas etárias.

De seguida o representante da Iniciativa Liberal, Celso Monteiro, falou da falta de conhecimento da oferta existente, inclusive a mais acessível. Pelo que, sugere a elaboração de um estudo promovido pela própria autarquia de Coimbra, com o objetivo de divulgar uma listagem (física ou digital) mais abrangente da oferta existente em Coimbra.

Retomando o uso da palavra, a Vereadora Ana Cortez Vaz, reconhece que havendo quem arrende alojamento sem passar recibo, não pretenda divulgar a oferta, bem como, a e concordando com o facto de a diminuição da oferta levar a um aumento dos preços (lei da oferta e da procura), e da necessidade de um levantamento da oferta existente. Referiu-se ainda à avaliação dos certificados de habitabilidade efetuada pela Associação Académica de Coimbra, em termos de alojamentos para os estudantes.

Retomando o uso da palavra, a Vereadora Ana Cortez Vaz, disse que, em termos de habitação municipal, só terem disponível habitação social, e que estava em curso a preparação de

candidaturas para a construção de 27 fogos de habitação acessível, lamentando informar que, em termos de legislação em vigor, não existir uma prioridade ou quota para os jovens.

A representante do CpC – Cidadão por Coimbra, Graça Maria Jegundo Simões, reforçou a diferença, na separação entre habitação social de habitação pública. E, a única de diminuir a especulação de preços na habitação é aumentar a oferta, mas, oferta de habitação pública. Considerando que a Câmara Municipal de Coimbra dispõe de instrumentos e meios para o fazer. Ao terminar, falou do investimento do município de Coimbra, nomeadamente, na construção de habitação social em Taveiro e da concentração de pessoas nesse local (longe da cidade), que poderá tornar-se num grave problema, quando, na realidade existem casas no centro da cidade que podiam ser reabilitadas e adquiridas pelo município, para habitação pública, nomeadamente, para os jovens.

Seguidamente, o vogal da Comissão Permanente, Joaquim Rodrigues, interveio dizendo que a habitação pública era interessante, mas, as realidades de hoje podem não ser as mesmas de amanhã. Em relação ao esclarecimento prestado anteriormente pela Vereadora, sobre os tramites processuais construção de casas (Fonte do Castanheiro), mostrou-se surpreendido e desconhecia tal «odisseia» de procedimentos. Relativamente ao 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, questionou se havia já algum desenvolvimento (desburocratização), nomeadamente, na celeridade do licenciamento camarário. Retomando o uso da palavra, a Vereadora Ana Cortez Vaz, respondeu esclarecendo tratar-se da área e competência da Vereadora Ana Bastos, e que muitos dos procedimentos relativos aos licenciamentos, podiam ser tratados *online*. No que lhe diz respeito, no que toca à responsabilidade pelas obras do 1º Direito e do Arrendamento Acessível, informou que as obras no âmbito do PRR não necessitam de visto do Tribunal de Contas, apenas a aprovação por parte do IRHU e do governo, o que significa menos burocracia. E que, relativamente à habitação e arrendamento acessível, estão a ser estudadas várias hipóteses, no que concerne à zona da baixa, aproveitando as verbas financiadas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Passou-se à intervenção do representante da FNAESP – Federação Nacional de Estudantes do Ensino Superior Politécnico, António Rosa, que questionou a Vereadora quantas isenções do IMI – Imposto Municipal sobre os Imóveis, foram atribuídas aos jovens até aos 35 anos, cujo valor patrimonial tributário do prédio não excedesse a 250.000 euros. A Vereadora respondeu tratar-se da área da competência do Vereador Miguel Fonseca e que desconhecia o número de atribuições. A intervenção final foi feita pela representante do Agrupamento 603 de Antanho, do Corpo Nacional de Escutas, Mariana Simões, falou da sua experiência, como jovem, quando se candidatou ao arrendamento jovem do governo, e das dificuldades, à data, de arranjar habitação



em Coimbra com valores compatíveis aos dos valores estabelecidos pelo programa governamental.

Retomando o uso da palavra, a Vereadora Ana Cortez Vaz, falou que o Município de Coimbra não aderiu ao Programa Porta de Entrada, para alojar e acolher os deslocados da guerra da Ucrânia, depois tomar conhecimento de que, o ACM - Alto Comissariado das Migrações não pagaria na totalidade das rendas, resultando num encargo para o Município, pois teria de pagar entre duzentos e trezentos euros por agregado familiar. Em alternativa, o Município implementou o Banco de Famílias para acolher refugiados ucranianos, com o objetivo de criar condições logísticas e dar apoio na organização desta resposta social, contando com a disponibilidade das famílias conimbricenses. E, não havendo mais nenhuma questão, aproveitou não só para agradecer todas as questões colocadas, mostrando-se agradada pelo CMJC dar palco e voz a todas as ideologias políticas e a todos os jovens, como também, se mostrou disponível para participar sempre que o entendam.

Retomando o uso da palavra, o Vereador Carlos Matias Lopes, agradeceu uma vez mais a presença da Vereadora, considerando que todos saíram com outra perspetiva relativamente à ação da Câmara Municipal de Coimbra, e que da discussão depreende-se que há questões partilhadas, a necessidade de uma política mais ampla, não se limitando ao município, e um problema específico de Coimbra, como sendo o caso das residências universitárias, mostrando-se cooperante na reivindicação da resolução do problema.

Tomou a palavra o Presidente da Comissão Permanente, Daniel Aragão, para agradecer à Vereadora Ana Cortez Vaz, pelas respostas e sugestão de apresentação de uma moção ao governo, mostrando-se disponíveis para a elaboração de uma moção que apele à sensibilização do governo para a urgência, na resolução da problemática da habitação pública e de relevar o Fundo Coimbra Viva, através de envio de documento com proposta detalhada sob responsabilidade da CP, para apreciação dos conselheiros.

#### **4. Outros assuntos.**

Tivemos, por fim, a intervenção de Jorge Lameiras, representante legal do Núcleo Mondego Sul da Região de Coimbra do Corpo Nacional de Escutas, que agradeceu à Câmara Municipal de Coimbra, no seguimento de um protocolo de cedência da Escola EB1 de Valongo elaborado entre a União de Freguesias de Assafarge e Antanhol e a Junta de Núcleo Mondego Sul.

O Presidente do Conselho Municipal de Juventude de Coimbra,

---

(Vereador, Dr. Carlos Lopes)

O Secretário,

---

(Agrupamento 1360 – Souselas/ Corpo Nacional de Escutas, Bárbara Borges)

O Secretário,

---

(Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, Paula Bagrin)